



## Fontes para pesquisa da História das Instituições Educativas escolares de Londrina (1936-2000)

*Sources for the History of Educational research  
institutions school Londrina (1936-2000)*

*Fuentes para la investigación de la Historia das Instituciones  
Educativas de Londrina (1936-2000)*

MARIA LUIZA MACEDO ABBUD<sup>1</sup>; SIMONE BURIOLI IVASHITA<sup>2</sup>

### Resumo

O presente texto tem por objetivo recuperar historicamente os processos de instalação e desenvolvimento das instituições educativas em Londrina, por meio da sistematização de dados documentais (arquivos) e memórias (depoimentos dos protagonistas). Adotamos como recorte temporal inicial o ano de 1936, data da criação da primeira escola pública de Londrina, e como recorte temporal final os anos 2000. Metodologicamente procedemos o mapeamento inicial das escolas da rede estadual de ensino. Tal decisão se respalda no fato de ser esta a rede mais antiga da cidade, mesmo considerando a existência de uma escola confessional cujo ano de fundação é o mesmo da abertura do primeiro grupo escolar público da cidade. As fontes utilizadas para este levantamento inicial foi a página na internet da Secretaria Estadual de Educação (SEED/PR). Os resultados até aqui sistematizados correspondem ao que Magalhães (1999) classifica como históricos anteriores.

**Palavras chave:** História das Instituições Educativas. Arquivos escolares em Londrina. Memória da escola em Londrina.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília). Professora de História da Educação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: mabbud@uel.br

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Professora de História da Educação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: sivashita@uel.br

### **Abstract**

*This paper aims to recover the historically installation processes and development of educational institutions in Londrina, through the systematization of documentary data (files) and memories (testimonies of the protagonists). We adopted as initial time frame the year 1936, the date of creation of the first public school in Londrina, and as a final time cutting the 2000s. Methodologically proceeded initial mapping of schools in the state schools. This decision supports the fact that this is the oldest network in the city, even considering the existence of a faith school whose foundation year is the same as the opening of the first public school group in the city. The sources used for this initial survey was the website of the State Education Department (SEED / PR). Systematized the results here correspond to what Magellan (1999) classifies as previous histories.*

**Keywords:** *History of Educational Institutions. School records in Londrina. Memory of school in Londrina.*

### **Resumen**

*El presente texto tiene por objetivo recuperar históricamente los procesos de instalación y desarrollo de las instituciones educativas de Londrina, mediante una sistematización de datos documentales (ficheros) y memorias (testimonio de los protagonistas). Adoptamos como recorte temporal inicial el año de 1936, fecha de la creación de la primera escuela pública de Londrina, y el mapeo inicial de las escuelas estadual de enseñanza. Tal decisión se respalda en el hecho de ser esta la red más antigua de la ciudad, mismo considerando la existencia de una escuela confesional cuyo año de fundación es lo mismo de la inauguración del primero equipo escolar de la ciudad. Las fuentes utilizadas para ese levantamiento inicial fue el sitio de internet de la Secretaria Estadual de Educação (SEED/PR). Los resultados hasta aquí sistematizados corresponden al que Magalhães (1999) clasifica como historiales anteriores.*

**Palabras clave:** *Historia de las instituciones educativas. Ficheros escolares en Londrina. Memoria escuela en Londrina.*

Recebido em: abril de 2016

Aprovado para publicação em: junho de 2016

## 1. Instituições Educativas

O movimento de reflexão e reelaboração da História da Educação é paralelo ao movimento de discussão da própria História. Nesse sentido, novos objetos e novas fontes vão se delineando a partir da compreensão da História como uma investigação não do passado em si, mas de indícios a partir dos quais o historiador interpreta o passado. A História não é, segundo Novaes (1992, p. 11), a passagem de um “amontoado de fatos desordenados e ideias abstratas atemporais. Como trabalho de pensamento, ela é a retomada de operações culturais começadas antes de nós, seguidas de múltiplas maneiras, e que nós reanimamos ou reativamos a partir do nosso presente”.

Sabemos que “o passado, em sua totalidade, nunca é completamente apreensível” (LOPES e GALVÃO, 2011, p. 30), nossa intenção neste texto é realizar a retomada histórica dos processos de instalação e desenvolvimento das instituições educativas escolares em Londrina e região. Portanto, História das Instituições Educativas é o tema deste texto, decorrente do trabalho desenvolvido em pesquisas anteriores, cujos resultados mostraram a necessidade e pertinência da coleta, sistematização e guarda material que possa se constituir em fontes para o desenvolvimento de pesquisas a respeito da História da Educação Regional. O presente texto oferece alguns resultados do projeto de pesquisa que tem como foco a sistematização de dados documentais (arquivos) e memórias (depoimentos dos protagonistas) que retratam esta fatia da história da educação escolar no Brasil.

Adotamos como recorte temporal inicial o ano de 1936, data da criação da primeira escola pública de Londrina no Paraná, intitulada Grupo Escolar Hugo Simas, e como recorte temporal final os anos 2000 quando foram criadas as escolas mais recentes. Tal recorte justifica-se pela própria história da cidade e pelo processo de constituição da sua rede de ensino.

Este projeto de inventariar fontes para a História das Instituições escolares se insere no processo de instalação do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História da Educação – LEPHE, sob a responsabilidade da área de História da Educação do departamento de Educação do (CECA) Centro de Educação, Comunicação e Artes da (UEL) Universidade Estadual de Londrina. Entre as atividades propostas para este espaço está a constituição de referências a respeito das escolas de Londrina, com o intuito de sistematizar fontes para pesquisa e ensino em História da Educação.

Entendemos que o registro sistematizado das histórias locais representa um avanço no campo de conhecimento da área, possibilitando construir novas visões a respeito de suas instituições educativas, à semelhança do que vem sendo desenvolvido em outros centros do país. A preservação da memória é uma das dimensões do processo de constituição da identidade das instituições, possibilitando a “compreensão histórica” dos fenômenos educativos, como diz Nóvoa (2005).

Quando trabalhamos na (re)construção da História da Educação o conceito de memória (individual ou coletiva) é crucial. “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2003, p.419).

Destoando dos filmes de ficção, sabemos que “não existe uma máquina de voltar no tempo, a não ser aquela que funciona em nosso cérebro, com materiais fornecidos por gerações passadas” (BLOCH, 2001, p. 74). Não podemos esquecer que a memória é construída também pelas relações de poder. Nas palavras de Le Goff (2003, p. 422)

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Anterior ao conceito de memória seria interessante elucidar o que entendemos por história. Bloch (2001, p. 52) afirma que a história não é a ciência do passado, pois “a própria ideia de que o passado, enquanto tal, possa ser objeto de ciência é absurda. O objeto da história é, por natureza, o homem”, ou ainda, os homens no tempo. Entendemos também que o passado já aconteceu, não temos a possibilidade de modificá-lo, o que nos compete é conhecer sobre esse passado, levando em consideração um cabedal de fontes que pode nos proporcionar essa retomada. Lopes e Galvão (2001, p. 77) corroboram:

Em sua inteireza e completude, o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido; no limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas. Por mais que o pesquisador tente se aproximar de uma verdade sobre o passado, apostando no rigor metodológico, permanecem sempre fluídos e fugidios os pedaços de história que se quer reconstruir. Mas, mesmo em sua imponderabilidade, como ter acesso ao passado? Certamente através dos traços que foram deixados, dos vestígios não apagados que representam ou que dizem sobre a vida de homens e mulheres das sociedades passadas.

Entendemos, assim como Zequera (2002, p. 93) que é impossível tomar o passado como objeto de pesquisa, o que nos cabe é perceber que os “[...] resíduos são a presença viva do passado, que faz possível o conhecimento histórico, sobre os quais o historiador interpreta o passado”, acreditamos que a pesquisa proposta, ao resgatar “resíduos do passado”, venha contribuir para a historiografia da educação local.

Concordando com Nóvoa (1999) que a recuperação da história local permite reconstruir as intencionalidades e interesses que nortearam seu processo, permitindo a compreensão ampliada da sua configuração atual, acreditamos também na contribuição deste trabalho para a constituição da história da educação do país.

Recentemente, a influência da Nova História se faz presente nas pesquisas em História da Educação abrindo novas perspectivas para a definição de objetos de investigação como as práticas escolares e a sua organização tomando como fontes tanto diferentes tipos de documentos quanto depoimentos de seus protagonistas. Nesse sentido, as instituições educativas passam a constituir campo fértil de investigação em história da educação. A partir

de Thompson (1981) entendemos a história como um conhecimento seletivo, provisório e inacabado, que, portanto, enseja novos problemas, novas abordagens, novos métodos e fontes (Le Goff, 1979), a educação como prática cultural e social se faz presente nas pesquisas em História da Educação abrindo novas perspectivas para a definição de objetos de investigação como as práticas escolares e a sua organização do ponto de vista dos seus protagonistas. A busca de diferentes formas de apresentação de indícios a respeito desta história é respaldada por Magalhães:

A história de uma instituição educativa constrói-se a partir de uma investigação coerente e sob um grau de complexificação crescente, pelo que, à triangulação entre os históricos anteriores, à memória e ao arquivo se haverá de contrapor uma representação sintética, orgânica e funcional da instituição – o seu modelo pedagógico. São múltiplas as virtualidades deste esforço de síntese, desta construção orgânica, compreensiva e explicativa, que permite reavaliar toda a análise historiográfica anterior, incluindo o seu sentido hermenêutico, e preparar, de forma estruturada, a síntese final – a história da instituição educativa (MAGALHÃES, 1999, p.72).

No caso do trabalho de que trata este texto, o foco central é coletar, sistematizar e disponibilizar para futuros estudos os registros escolares, nos seus diferentes suportes (material impresso, depoimento, material fotográfico, material didático, objetos escolares, entre outros).

Recorrentemente pesquisadores em História da Educação apontam a dificuldade de acesso a informações a respeito da história das instituições educativas, comprometendo a compreensão de um espaço significativo da “construção social das coisas humanas”, como afirma Nóvoa (1999).

Superar esta lacuna, com a organização e sistematização de fontes para a constituição de “uma abordagem historiográfica dos fenômenos educativos, (re)construindo-os e representando-os discursivamente”, segundo Magalhães (1999, p. 68) é a meta deste projeto. Esse autor salienta que uma pesquisa histórica assume o caráter de originalidade e criatividade quando lança mão de fontes primárias inéditas ou faz releituras de fontes secundárias, num processo de reconceitualização, em que o conhecimento anterior é revisto, complementado, contestado, apresentado em novas visões. A sistematização de fontes primárias inéditas deve permitir novas leituras a respeito da educação escolar na região de Londrina, assim como deve possibilitar novas leituras da historiografia local.

Ainda segundo o mesmo autor, há três conjunto de fontes que devem ser objeto de pesquisa história de instituições educacionais, quais sejam, (a) históricos anteriores (material produzido pelas escolas, presentes nos seus projetos pedagógicos e/ou em documentários e página na internet com informações a respeito da sua história; ou ainda, livros, artigos em periódicos, dissertações e teses cujo foco tenha sido o estudo de uma instituição escolar); (b) arquivo (refere-se a toda produção documental das unidades, ou seja, os documentos internos e demais formas de registro das atividades desenvolvidas, registros escolares (de professores, direção, coordenação, alunos), livros de atas, regimento, projetos educativos ou pedagógicos, programas de disciplinas ou curso, relatórios, acervo fotográfico, equipamento escolar,

cadernos escolares, trabalhos produzidos por alunos e professores) e (c) memória (conjunto de informações fornecidas pelo depoimento de pessoas que tenham sido protagonistas da história das escolas estudadas).

Apesar de memória, segundo Magalhães (1999), poder não se confinar à dimensão oral e arquivo não se restringir ao que está escrito, para efeito deste trabalho será considerado arquivo o conjunto de documentos e textos produzidos internamente nas instituições e memória como a recuperação da memória individual dos protagonistas das instituições.

A história de uma instituição educacional é rica de detalhes que escapam às possibilidades dos estudos que tem por objeto seus aspectos estruturais e/ou teóricos, razão pela qual terá início com os documentos e deve se completar com o depoimento dos seus professores, uma vez que

O cotidiano de uma instituição educativa fica representado por defeito, nos registros e fontes de informação, havendo mesmo dimensões desse cotidiano, cuja memória se apaga com a mudançados atores e muitas outras que são regularmente destruídas (MAGALHÃES, 1999, p.69).

Neste sentido, os historiais anteriores e os arquivos devem oferecer um panorama geral contemplando as diretrizes básicas do processo que a instituição vivenciou, fornecendo um primeiro critério de investigação sobre a realidade a ser historiada.

Metodologicamente, amparadas nas especificações de Magalhães (1999), adotamos como primeiro encaminhamento para o desenvolvimento da pesquisa o mapeamento inicial das escolas da cidade em questão, desta forma, outro recorte fez-se necessário, escolher a modalidade de ensino a ser trabalhada e para isso optou-se pelas escolas da rede estadual de ensino. Tal decisão se respalda no fato de ser esta a rede mais antiga da cidade, mesmo considerando a existência de uma escola confessional cujo ano de fundação é o mesmo da abertura do primeiro grupo escolar público da cidade. A escola confessional já foi pesquisada em uma dissertação de mestrado, podendo constituir-se em fonte de pesquisa no momento de estudo da rede privada.

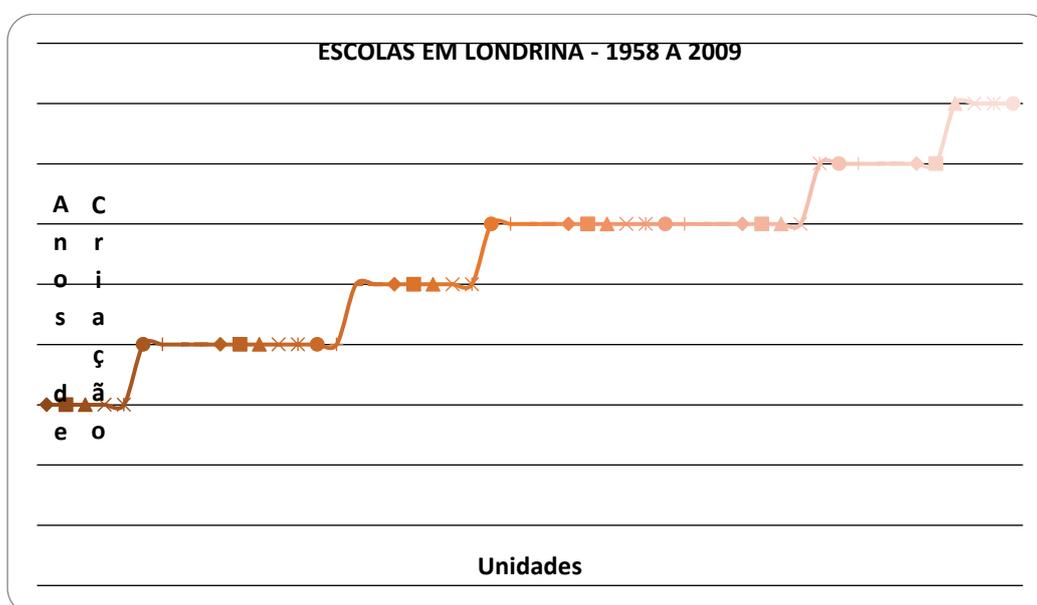
Para o levantamento das informações dos arquivos e documentos de cada unidade escolar está sendo utilizada uma ficha de registro e controle, com o intuito de padronizar o registro das informações existentes. Importante destacar que temos clareza das condições limitativas quando nos lançamos a campo no intuito de localizar e catalogar a documentação presente nas escolas de Londrina, tendo em vista as perdas, as escolhas dos compiladores de documentos e a qualidade da documentação encontrada (LE GOFF, 2003).

Devemos problematizar ainda a ausência de documentos, o que o autor denomina de silêncios da História, isso pode ser percebido quando se questiona a documentação histórica “sobre as lacunas, sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços em branco da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio e fazer a história a partir dos documentos e da ausência de documentos” (LE GOFF, 2003, p. 109). Nesse sentido, consideramos que os depoimentos, ao expressar dimensões inacessíveis da história documentada, apresentando elementos do cotidiano que dificilmente são registrados, oferecem, também, indícios que complementem os registros, diminuindo suas lacunas.

A partir do mapeamento inicial, estão sendo trabalhados os históricos anteriores das escolas, ou seja, os registros encontrados no sítio da Secretaria de Educação do Paraná<sup>3</sup>, nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, para, na seqüência, definirmos uma ordenação para a localização e caracterização dos arquivos de cada escola.

Os resultados até aqui sistematizados correspondem ao que Magalhães (1999) classifica como históricos anteriores, ponto de partida para a pesquisa nos arquivos das unidades escolares e para coleta de depoimentos. Londrina conta com: 74 unidades escolares da rede estadual, oferecendo educação infantil (três unidades), ensino fundamental e médio, profissionalizante, educação de jovens e adultos, educação especial, além de uma universidade estadual. As 94 unidades escolares da rede municipal ofertam educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental. A rede privada, com 191 unidades escolares, oferece todos os níveis da educação básica, ensino profissionalizante e superior.

Das 74 unidades escolares da rede estadual, 51 foram mapeadas:



As escolas das décadas de 1930 e 1940 foram objeto de texto apresentado no VI CBHE<sup>4</sup>. O material coletado permitiu constatar que em 1936 foi criada uma única escola, Grupo Escolar Hugo Simas; nos anos 1940, foram criadas seis escolas: em 1943, Escola Benjamin Constant; 1945, a Escola de Professores e a Escola José de Anchieta; em 1946, Escola Vicente Rijo; 1947, Escola Willie Davids; 1948, Escola Newton Guimarães.

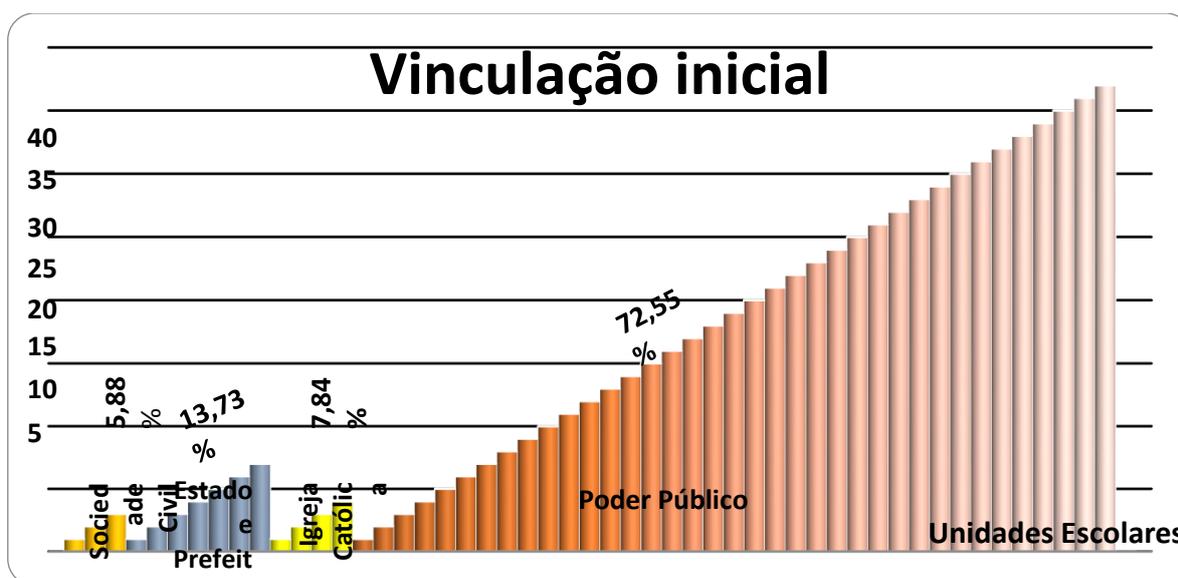
Os anos 1950 apresentaram quatro novas escolas, sendo duas delas nas dependências de igrejas e a terceira em uma loja maçônica, ao estilo do que Faria Filho e Vidal (2000) denominam “escolas de improviso”. O aumento da demanda escolar, característico da década de 1950 na realidade brasileira, no caso de Londrina foi, pelo menos parcialmente, atendida nas décadas de 1960 e 1970 com a criação de sete novas unidades em cada década.

<sup>3</sup> <http://www.educacao.pr.gov.br/>

<sup>4</sup> ABBUD, M.L.M. Localização e Catalogação de Fontes para Pesquisa da História das Instituições Educativas Escolares e Não Escolares de Londrina. VI CBHE – Vitória ES, 2011.

O aumento significativo do número de escolas ocorre na década de 1980 com a criação de 19 unidades. Um dado a ser conferido diz respeito ao aumento da população urbana em função da gradativa extinção da cafeicultura. As décadas de 1990 e 2000 apresentam a criação de sete e quatro unidades escolares respectivamente.

Considerando que este é um projeto de pesquisa em andamento, os dados aqui apresentados expressam as informações relativas às escolas criadas no período 1950 a 2008, no que se refere ao período de criação das escolas do sistema estadual e sua vinculação institucional inicial.



### As escolas

No grupo criado na década de 1950, quatro escolas, a constante é a abertura de classes por iniciativa de particulares ou instituições não educacionais: a Escola Dario Vellozo foi criada pela maçonaria em 1958, sendo conhecida como Escolinha da Maçonaria. Nossa Senhora de Lourdes foi criada a partir de uma sala de aula na casa paroquial da Igreja do mesmo nome, em 1959.

A escola Carlos Dietz, criada em 1960, ainda apresenta o mesmo processo: é aberta por iniciativa religiosa como Escola Paroquial, oferecendo ensino primário, há indícios de que os professores tenham sido contratados pelo Estado, mas a escola era mantida pela comunidade religiosa em parceria com a Prefeitura que mantinha um curso noturno.

Ao final da década de 1960 (1967) é criada a escola São José, em espaço originalmente destinado a ser a casa do vigário, cuja construção foi realizada pela comunidade. Já o Instituto Londrinense de Educação de Surdos tem seu início em uma sala de um grupo escolar, por iniciativa da diretora.

**Quadro 1** – Escolas da década de 1950

<b>Escola</b>	<b>Data</b>	<b>Vinculação Inicial</b>	<b>Nome atual</b>
Escolinha da maçonaria	1958	Maçonaria	CE <sup>5</sup> Dario Vellozo
Casa Paroquial Nossa Senhora de Lourdes (1976 – Complexo Escolar)	1959	Igreja Católica	CE Nossa Senhora de Lourdes
Instituto Londrinense de Ed. Surdos	1959	Diretora de Grupo Escolar	Instituto Londrinense de Ed. Surdos
Escola Paroquial Padre Carlos Dietz	1960	Religiosos Palotinos	EE <sup>6</sup> Padre Carlos Dietz

Durante a década de 1960 foram abertos vários Grupos Escolares, alguns, posteriormente passaram a oferecer outros níveis e modalidades de ensino: Grupo Escolar Machado de Assis; Grupo Escolar da Vila Yara; Grupo Escolar do Jardim Londrilar; Grupo Escolar da Vila Recreio; Grupo Escolar Jardim dos Bancários. Interessante destacar que o movimento de crescimento da cidade, na época com cerca de 30 anos, é acompanhado pela criação de grupos escolares, ou seja, o Estado expressa a intenção de oferecer escola primária para os diferentes segmentos e espaços da população.

Nesta mesma década uma escola tem seu momento inicial um pouco diferenciado: o Ginásio Estadual de Aplicação, criada pelo poder público em 1960, por iniciativa de um professor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Londrina, para funcionar junto a esta Faculdade como campo de estágio e experimentação. Como a própria Faculdade, o colégio também ocupa dependências de um Grupo Escolar Hugo Simas.

Também nos anos 1960, a Escola Marcelino Champagnat foi criada pelo Estado como Ginásio, sem espaço próprio, passando seus dois primeiros anos em salas emprestadas de duas instituições educacionais confessionais da cidade, até que um prédio escolar fosse desocupado pela construção de sua sede e esta escola pudesse ocupar prédio próprio. A Casa Escolar São José, criada como escola primária sem a participação do poder público, por iniciativa da comunidade em espaço da Igreja Católica, posteriormente é assumida pelo Estado como Grupo Escolar. Início semelhante tem a Casa Escolar Sagrada Família.

<sup>5</sup> CE – Colégio Estadual – ensino Fundamental e Médio

<sup>6</sup> EE – Escola Estadual – Ensino Fundamental

**Quadro 2** – Escolas da década de 1960

<b>Escola</b>	<b>Data</b>	<b>Vinculação inicial</b>	<b>Nome atual</b>
Grupo Escolar Jardim dos Bancários	1966	Poder publico	CE Gabriel Martins
Ginásio Marcelino Champagnat (1973 – Complexo Escolar)	1967	Poder publico	CE Marcelino Champagnat
Casa Escolar São José	1967	Igreja e comunidade	CE São José
Casa Escola Sagrada Família (1975 – Complexo Escolar)	1964	Igreja	CE Sagrada Família
Ginásio Estadual do distrito São Luiz	1970	Poder publico	CE Euzébio B. de Menezes
Ginásio Est. do Jardim Bandeirantes (1975 – Complexo Escolar)	1970	Poder publico	CE Antonio Moraes Barros
Grupo Escolar Jardim Bandeirantes	1970	Poder publico – Estado e prefeitura	EE Kazuco Ohara

Cabe destaque para a expressão Casa Escolar, sendo criadas por instituições confessionais e iniciando seu funcionamento sem o apoio do Estado, essas unidades parecem denominar-se Casa Escolar como forma de equiparação aos Grupos Escolares criados na época.

As escolas criadas na década de 1970 têm como característica comum serem resultado de iniciativa do poder público, ainda que muitas vezes em situações precárias em termos de espaço e condições de infraestrutura. Podemos identificar um grupo destas escolas, criadas no início da década, inicialmente como Ginásio, dividindo prédio com Grupo Escolar, caracterizando dualidade administrativa. Neste caso estão o Ginásio Estadual do Distrito de São Luiz, o Grupo Escolar do Jardim Bandeirantes e o Ginásio Estadual do Jardim Bandeirantes. Seus prédios foram construídos pela prefeitura municipal e pelo governo do Estado. Nesta década as próximas escolas criadas foram posteriores a reforma de ensino de 1971, todas destinadas ao ensino de 1º grau; em 1977 foram criadas: Escola Jardim Paraíso - Ensino de 1º Grau; Escola Polivalente (construída pela FUNDEPAR<sup>7</sup> com recursos norte americanos); Escola Albino Feijó Sanches; Escola Célia Moraes de Oliveira; Escola Estadual Benedita Rezende. Neste período a única escola de 2º grau criada pelo poder publico é Colégio Estadual Profª Maria do Rosário Castaldi – ensino de 2º grau (profissionalizante), que em acordo com a proposta de Lei 5692/71, foi construída pelo governo do Estado em convenio MEC – PREMEN SEED-PR.

<sup>7</sup> FUNDEPAR – Fundação Educacional do Paraná.

**Quadro 3** – Escolas da década de 1970

<b>Escola</b>	<b>Data</b>	<b>Vinculação inicial</b>	<b>Nome atual</b>
Escola Jardim Paraíso - Ensino de 1º Grau	1977	Poder publico	CE Professora Beahir Edna Mendonça
Colégio Polivalente	1977	Poder publico – FUNDEPAR + empréstimo norte americano	CE Polivalente
Escola Albino F. Sanches	1978	Poder publico	CE Albino Feijó Sanches
Escola Profª. Célia Moraes de Oliveira	1978	Poder publico	CE Profª. Célia Moraes de Oliveira
Colegio Estadual Prf. Maria do Rosario Castaldi	1978	Poder publico	CE Prpfª Maria do Rosario Castaldi
Escola Estadual Benedita Rezende	19789	Poder publico	CE Bendita Rezende
Escola Municipal do Conjunto Habitacional Luiz de Sá	1980	Poder publico	CE Ubedulha C. de Oliveira

Nas décadas de 1960 e 1970 aparece uma figura interessante no que diz respeito á organização escolar, são os complexos escolares. No período algumas escolas são denominadas “Complexo Escolar” e / ou unidades integrantes de um complexo escolar. Segundo o *Thesaurus Brasileiro da Educação* (Brased) INEP encontramos:

Conjunto de serviços educacionais reunidos em um só lugar, para atender às necessidades de estudantes que têm idades distintas. (cf. Unesco) Reunião de dois ou mais estabelecimentos de ensino próximos, cada um especializado em determinado setor da escolarização, com o objetivo de desenvolver a cooperação não só entre si, mas também entre outras entidades existentes na comunidade, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns e suprir as deficiências de outros. (cf. Lei 5692/71; Chagas, Valmir. - Mais que uma reforma: uma nova concepção de escola. Rev. Escola ( supl.) out. 1971) - Conjunto de estabelecimentos de ensino agrupados dentro de uma mesma localidade, visando a propiciar intercomplementaridade ou entrosagem.(cf. I GLOTED)

Tal forma de organização, em complexos escolares e suas unidades escolares é, no caso do Paraná anterior à Lei 5692/71 que em seu Art. 2º prescreve a utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Considerando que esta forma de organização foi encontrada de 1969 até 1973, podemos trabalhar com a hipótese de que as modificações do sistema escolar do Estado do Paraná se anteciparam à legislação do governo militar, com a criação dos chamados

"Complexos Escolares", reunindo "unidades integradas" (escolas de pequeno porte) em torno das escolas de maior porte.

Como já foi indicado, sendo esta uma pesquisa em andamento, é possível elaborar mais perguntas que respostas a partir desta primeira sistematização, por exemplo, não fica claro na documentação consultada o critério utilizado para a definição dos complexos escolares. Observamos que há escolas que são indicadas como Complexos escolares e, pouco tempo depois passam a ser unidades de um complexo. Tais respostas serão, provavelmente, encontradas em outros documentos de cada uma das unidades escolares.

A década de 1980 é marcada pela criação de um número maior de escolas comparando com os períodos anteriores, foram criadas 19 escolas, a maior parte delas ofertando ensino de 1º grau (1ª a 8ª série) e localizadas nos novos conjuntos habitacionais criados a partir da década de 1970, como é demonstrado no quadro abaixo.

A característica mais marcante das escolas a partir deste período é a participação do poder público na sua criação. Pudemos constatar que essa participação muitas vezes se concretizou em parcerias entre o Estado e o Município, quer seja pela utilização de prédios e escolas municipais para instalação de escolas estaduais, quer seja pelo compartilhamento dos espaços escolares entre as duas instâncias públicas.

#### Quadro 4 – Escolas da década de 1980

Escola	Data	Vinculação inicial/nível	Nome atual
Escola Municipal do Conjunto Habitacional Luiz de Sá	1980	Poder público estadual, em escola municipal, 1º grau completo	CE Ubedulha C. de Oliveira
Escola Doutor Olavo Garcia Ferreira da Silva	1982	Poder público estadual – 1ª a 4ª e depois 5ª a 8ª series	EE Dr Olavo Garcia Ferreira da Silva
Escola Estadual Jardim São Francisco	1983	Poder público estadual – pré-escola a 8ª serie	CE profª Dea Alvarenga
Escola Municipal do Conjunto Habitacional Ernani Moura Lima	1983 1984	Poder público municipal, no início 1ª a 4ª serie, depois 5ª a 8ª	CE Humberto Puiggari Coutinho
Escola Estadual do Conjunto Aquiles Stenghel	1983	Poder público estadual 1ª grau	EE Prof. Lauro Gomes da Veiga Pessoa
Escola Estadual Conjunto Vivi Xavier	1983	Poder público estadual 1º grau	CE profª Lucia B. Lisboa
CEEBJA LONDRINA	1984	Poder público estadual 1º grau	CEEBJA LONDRINA
Escola Estadual do Parque Ouro Branco	1984	Poder público estadual em escola municipal, 1º grau	CE profª Cleia Godoy F.Silva
Escola Municipal Dr. Fernando de Barros Pinto	1984	Poder público estadual em escola municipal, 5ª a 8ª serie	EE Dr. Fernando de Barros Pinto
Colégio Estadual Professora Olympia Morais Tormenta	1984	Poder público estadual em escola municipal, 2º grau	CE Profª Olympia Morais Tormenta
Escola Estadual do Conjunto Habitacional São Lourenço	1985	Poder público estadual em escola municipal, 1º grau	EE profª Vani Ruiz Viessi

<b>Escola</b>	<b>Data</b>	<b>Vinculação inicial/nível</b>	<b>Nome atual</b>
Escola Estadual do Jardim Panorama	1986	Poder público estadual em prédio cedido pela prefeitura 1º grau	CE Ana Molina Garcia
Unidade Escolar Jardim Eldorado	1987	Poder público (estado e prefeitura) 1º grau	EE Jardim Eldorado
Escola Estadual do Conjunto Habitacional Annibal de Siqueira Cabral	1987	Poder público estadual em escola municipal, 1º grau	CE Profª Maria José Balzanelo Aguilera
Escola Estadual do Conjunto Ruy Virmond Carnascialli	1987	Poder público estadual em escola municipal, 5ª a 8ª série	CE Pe. Wistremundo Roberto Perez Garcia
Escola Estadual do Conjunto Habitacional Milton Gavetti	1988	Poder público estadual em escola municipal, 5ª a 8ª série	EE Monsenhor Josemaría Escrivá
Programa de Ação Educativa para Adultos / PAE – CES / UEL	1989 1997	UEL – poder publico	CEEBJA Herbert De Souza
Escola Adelia D.Barbosa	1989	Poder público estadual em escola municipal, 5ª a 8ª série	CE Profª Adélia Dionísia Barbosa

Como pode ser observado, neste período já se manifesta o movimento de separação entre os anos iniciais e os finais do 1º grau. A existência de duas mantenedoras, Estado e Município na mesma unidade escolar pode ter significado alguns problemas no gerenciamento do conjunto, aspecto a ser investigado nas visitas e levantamentos de campo.

O período 1990 a 2000 apresenta número menor de criação de escolas e foi permeado pelas mudanças de legislação, como será apresentado a seguir; ainda assim observa-se a utilização de espaços escolares municipais para implantação de escolas estaduais, indicando a preocupação em estender o nível de escolarização ofertado, especialmente nos novos agrupamentos urbanos. Cabe destaque para a criação de uma escola que atende o sistema carcerário.

#### **Quadro 5 – Escolas da década de 1990 e 2000**

<b>Escola</b>	<b>Data</b>	<b>Vinculação inicial/nível</b>	<b>Nome atual</b>
Escola Estadual do Conjunto Habitacional Santa Rita II,	1992	Poder público estadual, 1º grau	CE Tsuru Oguido
Escola Estadual Professora Rina Maria de Jesus Francovig	1993	Poder público estadual em escola municipal – 1º grau supletivo	CE Profª Rina Maria de Jesus Francovig
CEEBJA Prof Manoel Machado Atendimento de população carcerária	1994	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania – SEJU e a Secretaria de Estado da Educação – SEED.	CEEBJA Prof Manoel Machado
Escola Estadual Prof. Dr. Heber Soares Vargas	1995	Poder público estadual e municipal – 1º e 2º graus	CE Prof. Dr. Heber Soares Vargas
Escola Estadual Thiago Terra	1997	Poder público estadual em escola municipal – 5ª a 8ª série	CE Thiago Terra

Escola	Data	Vinculação inicial/nível	Nome atual
Escola Estadual do Conjunto Habitacional Antares	1998	Poder público estadual – Ensino Fundamental II	CE João Rodrigues da Silva
Escola Estadual Conjunto Habitacional Jamile Dequech	2000	Poder público estadual – Ensino Fundamental II	CE Prof. Carlos Augusto Mungo Genez,
Escola Professora Maria Helena Davatz	2002	Poder público estadual em escola municipal – Ensino Médio	CE Profª Maria Helena Davatz
Escola Roseli Piotto Roehrig	2002	Poder público estadual – Fundamental II e Ensino Médio	CE Profª Roseli Piotto Roehrig
Escola: WARTA	2008	Poder público estadual em escola municipal Fundamental II e Ensino Médio	CE WARTA,
Colégio Estadual de Guaravera	2009	Poder público estadual em escola municipal Fundamental II e Ensino Médio	CE de Guaravera

Considerando com Le Goff (2003, p. 34) que “a contradição mais flagrante da história é sem dúvida o fato do seu objeto ser singular, um acontecimento, uma série de acontecimentos, de personagens que só existem uma vez, enquanto o seu objetivo, como o de todas as ciências, é atingir o universal, o geral, o regular”, podemos sintetizar o desafio proposto neste trabalho como o de contribuir, a partir do estudo das singularidades expressas na história da escola em Londrina, para a constituição de uma história da educação escolar brasileira.

O projeto de inventariar fontes é redimensionado, e ao estabelecermos os primeiros contatos com as escolas, revivemos naquele ambiente todo o universo da educação (alunos, material escolar, livros, provas, atas) sob uma outra perspectiva, agora de investigadores e o que nos motiva é “o espetáculo da busca, com seus sucessos e reveses” (BLOCH, 2001, p. 83).

## Referências

BLOCH, Marc. (2001) **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FARIA, Luciano Mendes e VIDAL, Diana Gonçalves. (2000). Os tempos e espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. IN: SAVIANI, Dermeval; CUNHA, Luiz Antonio; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **500 anos de educação escolar**. São Paulo: ANPED/ Autores Associados.

MAGALHÃES, Justino Pereira. (1999) Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: LOMBARDI, José Claudinei. **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR.

NOVAES, Adauto (Org.). (1992) **Tempo e História**. São Paulo: Companhia das Letras.

NÓVOA, Antonio. (1999) Apresentação. CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP.

\_\_\_\_\_. (2005) Por que a história da educação?. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes. v. 2: Século XIX.

LE GOFF, Jacques (2003). **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão [et al.] – 5 ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

LE GOFF, J.; NORA, P. (1979) Apresentação. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **História: novos problemas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased) Disponível em: <[http://pergamum.inep.gov.br/pergamum/biblioteca/pesquisa\\_thesauro.php?resolution2=1024\\_1](http://pergamum.inep.gov.br/pergamum/biblioteca/pesquisa_thesauro.php?resolution2=1024_1)> Acesso em 26/05/2012.

THOMPSON, Paul. (1981) **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra.

ZEQUERA, L. H. T. (2002) **História da Educação em debate: as tendências teórico-metodológicas na América Latina**. Campinas: Alínea.